

Os Limites da Intervenção do Estado



Déficit só termina com desestatização

O governo brasileiro vai retirar da gaveta o seu programa de privatização de empresas públicas. A decisão política de reduzir a interferência estatal na economia ficou evidenciada no recente seminário internacional sobre "Os Limites da Intervenção do Estado", promovido na primeira semana de agosto, em São Paulo, pelo Ministério da Administração, através do seu Grupo de Estudos de Políticas Públicas-GEPP.

Os anais do evento, com suas conclusões francamente favoráveis ao aumento do espaço da iniciativa privada, serão enviados aos constituintes, num último esforço do Executivo para influir na futura Constituição brasileira. A lista inclui, de imediato, mais seis empresas e 18 centrais de abastecimento (Ceasas) a serem desestatizadas nos próximos meses, enquanto outras 41 estatais tomam lugar numa fila cujo tamanho final dependerá do êxito do programa.

Questão Técnica

Embora a decisão seja política, a redução do tamanho do Estado é um imperativo essencialmente técnico na opinião da maioria dos participantes do seminário. Logo no discurso de abertura, o Ministro da Administração, Aluísio Alves, deu o tom da estratégia governamental alertando que o déficit público brasileiro só poderá ser contornado com a desestatização da economia, pois os desequilíbrios das contas públicas não resultam apenas da ineficiência do aparelho estatal; estão ligados, antes de mais nada, a causas estruturais.

Para Aluísio Alves, a privatização é ponto fundamental inclusive para a própria viabilização econômica do País e precisa estar contemplada na Carta Magna. Ele não entende porque o governo brasileiro tem demorado tanto em implementar um programa de tamanha urgência. E

acha que o Estado deveria limitar sua intervenção àquelas ações precípuas da área social. Como empresário, o Governo só deveria atuar em áreas estratégicas como o petróleo, a eletricidade e as telecomunicações.

— Hoje, no Brasil, temos uma administração pública dividida em duas áreas contrastantes: a direta, que se foi encolhendo com o tempo e a indireta. A primeira teve reduzida sua abrangência, sua eficiência, sua capacidade de planejamento, análise e execução das soluções. A segunda, por sua vez, utilizou instrumentos diferentes e cresceu procurando atender às necessidades emergentes a uma intervenção excessiva do Estado na economia. Cresceu, ainda, como uma fórmula de evitar as exigências da burocracia, quanto a concursos, vencimentos, adequação de cargos e dos empregos — sintetizou o ministro.

Expansão

O Brasil República estreou o século XX com apenas dez empresas estatais. Até 1930 foram criadas mais algumas. Foi particularmente a partir da ditadura de Vargas que floresceu a teoria — então moda na Europa e Estados Unidos — do estado intervencionista. A presença estatal aprofundou-se tanto na vida econômica como social do País e na década de 50 já eram 80 as empresas do Governo.

A partir de 1964, com a instalação de nova ditadura — agora militar — o Estado empresário voltou a crescer de forma exacerbada, ao ponto de em 1980 já possuir 530 empresas. Só a partir de 81, em meio à redemocratização, essa tendência estatizante começou a reverter, com o fechamento de estatais deficitárias, venda de outras à iniciativa privada e incorporações. Atualmente, a União tem 415 estatais, das quais 65 relacionadas para possível privatização.

Até agora, conforme calendário exibido pelo Secretário do Conselho Interministerial de Privatização, David Casimiro Moreira, o Governo concluiu seis processos de desestatização, sendo três privatizações (Grande Hotel Blumenau, Cia. Nacional de Tecidos Nova América e Máquinas Piratininga do Nordeste) e três liquidações (Cia. Incentivadora de Atividades Agrícolas e Industriais, Ecex e Refinaria Ramiro).

As seis seguintes serão a Mafersa, Máquinas Piratininga de São Paulo, Indústria Aeronáutica Neiva, Ferritas Magnéticas-Fermag, Cia. Usinas Nacionais e Cia. Siderúrgica de Mogi das Cruzes. Além disso, entrarão em processo de abertura de capital a Telebrás, Usiminas, Petrobrás Distribuidora e Petroquisa, todas altamente rentáveis. Serão também privatizadas as Ceasas do Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Paraná, Pernambuco, Goiás, Ceará, Paraíba, Campinas e Santa Catarina.

David Moreira advertiu, entretanto, que não se deve esperar grande entrada de capital em consequência da privatização de empresas do Governo, pois o processo é lento e complicado. Os próprios empresários têm culpa na medida em que fazem propostas irrisórias e barganham além dos limites toleráveis, na esperança de conseguirem empresas rentáveis se possível de graça. Ainda por cima, recusam-se a fazer concessões indispensáveis para o êxito de qualquer privatização, como incluir a participação dos trabalhadores nos lu-



Até o século XX, o país só possuía dez empresas estatais.

A moda do Estado intervencionista só surgiu na era Vargas e em 1950 já eram 80 as empresas do governo. O Brasil chegou à década de 80 com 530 estatais e só com a Nova República começou a diminuir com as primeiras privatizações.

cros da empresa, como fizeram os países onde a experiência é vitoriosa.

Apesar do embate ideológico, que certamente interferirá em questão da tamanha importância, dos vacilos do Governo, da dúvida quanto aos rumos da Constituinte, do corporativismo e da resistência dos servidores públicos, o seminário produziu a certeza de que há espaço para aumentar a presença da iniciativa privada em relação ao Estado, acompanhando uma tendência mundial, inclusive verificada nos países socialistas da Europa.

A maior das dificuldades é determinar corretamente onde reduzir o tamanho do Estado brasileiro, pois apesar de corrompido pelo clientelismo e o nepotismo, ele não é tão grande como querem fazer parecer os adeptos da privatização sem limites. Na verdade ele é, proporcionalmente, um dos menores do mundo.

Menos de 2% dos brasileiros são funcionários da União, o que corresponde a cerca de 6% da força de trabalho. Na França, um em cada três trabalhadores era

servidor do Estado e com o amplo processo de privatização que já atingiu 60 das suas estatais, inclusive a Renault, essa relação caiu para um sexto. Na Inglaterra, que exhibe ao mundo uma estratégia de desestatização aparentemente revolucionária, a metade dos trabalhadores era funcionário de um Estado que, escandalosamente para um País capitalista, controlava 80% da economia antes da era Thatcher.

Essa dimensão ficou mais nítida quando, no encerramento do seminário, o Secretário-Geral do Ministério da Administração, Gileno Marcelino Fernandes, revelou que a máquina estatal brasileira chega a ser menor que a argentina em números absolutos. A Argentina, que tem 2,2 milhões de servidores federais contra 1,7 milhão do Estado brasileiro, é quatro vezes menor que o Brasil em população.

Comparativamente, o Brasil tem menos funcionários públicos que o pobre Uruguai, a rica América do Norte, Inglaterra, Portugal ou qualquer país da Comunidade Econômica Européia. A Administração Direta brasileira, onde o censo nacional dos servidores encontrou apenas 500 mil funcionários ativos (menos que o Governo de São Paulo, por exemplo), além de muito pequena é marginalizada, desqualificada e vulnerável ao clientelismo.

Mesmo assim, Gileno vê espaço para enxugar a ação do Estado e retirá-lo de algumas tarefas que invadiu indevidamente na época expansionista. A seu ver, entretanto, não se deve esperar milagres, pois a Constituinte é quem dará as diretrizes e definirá o papel do Estado na economia. Lembrou também, que os países europeus ocidentais onde a privatização está sendo vitoriosa, como Inglaterra, França e

CAPA



Espanha, o processo se desenvolve há mais de oito anos, sem pressa, atendendo a requisitos indispensáveis e sobretudo com o aval da sociedade.

Nesses três países, que inclusive estavam representados no evento, o êxito do processo de privatização é creditado a diversos aspectos desprezados no Brasil. Por exemplo: os trabalhadores são efetivamente incluídos em todo o processo, obtêm participação nos lucros da empresa privatizada e são prioritários na compra de determinado número de ações colocadas à venda para o público de baixa e média renda.

Outra diferença fundamental é que nesses países há melhor distribuição de renda e a presença do Estado, por força da Segunda Guerra, extrapolou os limites toleráveis. Na França por exemplo, antes do processo, um em cada três trabalhadores era servidor do Governo, que detinha nada menos que 80% dos investimentos industriais. Com a queda do ga-

Nos países onde a privatização se tornou vitoriosa, os trabalhadores fazem parte do processo e têm prioridade na compra de ações da empresa que está sendo privatizada. Eles também participam dos lucros da empresa, que é saneada financeiramente pela iniciativa privada.

binete socialista, o partido gaulista inverteu a tendência e a partir de 82 incrementou a privatização, mas em moldes inteiramente aceitáveis pelos trabalhadores e até mesmo pela oposição trabalhista.

Outro lado importante da questão é que lá as empresas compraram estatais ineficientes e injustificadamente deficitárias, como a britânica Rolls Royce, e as transformaram em rentáveis e melhor administradas, com benefícios para a economia, o Estado e os trabalhadores. Aqui, conforme ficou caracterizado, o empresário só quer adquirir empresas inteiramente saneadas, operando com lucratividade e a preços de pai para filho, se possível de graça.

Pelo menos 47 das 65 empresas públicas privatizáveis são altamente rentáveis, entre elas a Mafersa, Cofape, Caio e Nova América. Mas além de não permitirem qualquer transferência de renda aos trabalhadores, como na Europa, os empresários locais oferecem preços muito baixos, quando não tentam subornar responsáveis governamentais pelo processo de venda. Foi por baixa proposta, por exemplo, que a Mafersa ainda não foi vendida até agora.